

# A COMUNICAÇÃO PELA SEMIÓTICA

## COMMUNICATION THROUGH SEMIOTICS

Conrado Moreira Mendes\*

### Resumo

*Neste artigo, articulamos os campos da Comunicação e da Semiótica de linha francesa, visando a evidenciar o simulacro de processo comunicativo presente nos textos. A primeira parte aborda as especificidades do olhar comunicativo, além do ponto de vista da linguagem que subjaz tanto ao campo da Comunicação como ao da Semiótica. Na segunda parte do artigo, localizamos o papel da Semiótica como dinâmica da Comunicação sob a perspectiva dessa última. Finalmente, na terceira parte, invertemos essa lógica e indagamos como seria, por seu turno, a comunicação – como processo comunicativo – vista pela Semiótica. Procuramos mostrar que o texto é muito mais que um objeto a partir do qual se pode depreender a significação: pelo texto, para além da significação stricto sensu, depreendem-se os elementos do próprio processo comunicativo.*

**Palavras-chave:** *Comunicação, Semiótica, Linguística, Texto.*

### Abstract

*In this article we articulate Communication with French Semiotics, so as to show the simulacrum of the communicative process in the texts. The first part of the article discusses the specific aspects of the communicative view, from the perspective of language that underlies both the field of Communication and the field of Semiotics. In the second part, we locate the role of Semiotics and the dynamics of communication from the viewpoint of the later. Finally, in the third part, we reverse this logic and ask how communication – taken as communicative process – would be seen by Semiotics. We try to show that the text is much more than an object from which we infer the meaning: through the text, beyond the strict sense meaning, we can apprehend the elements of the communicative process itself.*

**Key words:** *Communication, Semiotics, Linguistics, Text.*

## **I Introdução**

Propomos, neste artigo, tecer uma relação entre o campo de estudos da Comunicação e o campo da Semiótica, especificamente a de filiação greimasiana. Trata-se de um texto introdutório, uma reflexão preliminar sobre as especificidades de cada área, assim como a maneira pela qual uma disciplina articular-se-ia e/ou seria vista pela outra. Com esse intuito, dividimos o texto em três blocos.

No primeiro, tratamos do que vem a ser o viés comunicativo ou, em outras palavras, o ponto de vista da teoria em questão. Pensamos que, para isso, devemos explicitar um pressuposto fundamental que subjaz aos campos da Comunicação e da Semiótica: o ponto de vista da linguagem. Na segunda parte do artigo, expomos brevemente as principais correntes semióticas, tarefa que poucos textos que se pretendem introdutórios cumprem, sob pena de que se pense que a Semiótica seja uma disciplina de bases e pressupostos únicos. Em seguida, explicitamos a partir de qual Semiótica falamos, de modo que, queiramos ou não, este texto já traz consigo um ponto de vista. Ainda na segunda parte, localizamos o papel da Semiótica como dinâmica da Comunicação sob uma perspectiva dessa última. Finalmente, na terceira parte, invertemos essa lógica e indagamos como seria, por seu turno, a comunicação – como processo comunicativo – vista pela Semiótica. A escolha desse trajeto teórico desemboca no objetivo do artigo que é mostrar a noção de comunicação implícita, um simulacro<sup>1</sup> de processo comunicativo, presente nos textos.

## **2 O Viés da Comunicação, o Ponto de Vista da Linguagem**

Começamos por perguntar qual o objeto de estudo do campo da Comunicação, com o intuito de, talvez, caracterizar a natureza da disciplina. França (2001) afirma que, inicialmente, poder-se-ia pensar que os meios de comunicação sejam os objetos desse campo de estudo. A autora, no entanto, assinala que o fenômeno comunicativo é muito mais abrangente que os meios de comunicação, de modo que, por exemplo, uma conversa cotidiana, uma sessão de psicanálise ou

uma troca de cartas de amor implicam esse fenômeno. Além disso, essa falsa noção de que as Teorias da Comunicação devam se preocupar apenas dos produtos midiáticos traduz-se em outro problema: tais produtos são passíveis de análise por inúmeros pontos de vista: o sociológico, o político, o psicológico etc. Portanto, ao se colocarem como o objeto da Comunicação os meios de comunicação ou, mais amplamente, a mídia, estar-se-ia pautando a teoria, quer dizer, um ponto de vista, pelos “objetos do mundo” (p. 4). Isso equivale, a nosso ver, a colocar o objeto empírico precedendo a teoria. Bevidas (2006), na esteira de Hjelmslev (2006), chamaria tal atitude de realismo ingênuo, questão à qual ainda retornaremos.

Para França (2001), “o processo comunicativo” – ou seja, os processos de produção e circulação de informações –, oferecer-se-ia como outro possível objeto da Comunicação. Entretanto, pensar o processo comunicativo como o objeto desse campo traria ainda problemas, pois tal processo não se limita apenas à Comunicação, mas também ao mundo físico, se pensarmos, por exemplo, nas ondas sonoras; ao mundo biológico, se levarmos em consideração todo nosso trato vocal e aparelho auditivo; ou ainda social, uma vez que a troca de mensagens pressupõe a existência de pelo menos dois indivíduos, munidos cada qual de um repertório sociocultural distinto. Tratar-se-ia de um recorte ainda muito amplo.

A autora afirma que o problema de se conceber qual é “o” objeto da Comunicação esbarra sempre na empiria, na ontologia, nos objetos do mundo natural: “‘objetos de conhecimento’ não equivalem às coisas do mundo, mas são antes formas de conhecê-las; são perspectivas de leitura, são construções do próprio conhecimento” (França, 2001, p. 5). A especificidade da Comunicação, segundo a autora, vem do “olhar”, do “viés” que analisa tais práticas comunicativas. Em outras palavras, o que a distingue de outras disciplinas é “a análise da comunicação na sua natureza comunicativa” (*idem*). Arriscaríamos a dizer, portanto, que não cabe pensar em “o objeto”, mas em “o ponto de vista” da Comunicação.

Essa discussão, ainda que recente nos domínios da Comunicação, remete-nos ao estabelecimento da Linguística moderna. Ao fundar essa disciplina, no início do século XX, Saussure postulou que, diferentemente de outros domínios científicos, nos quais o objeto precede o ponto de vista, na Linguística ocorre o contrário, isto é, o ponto de vista vem antes do objeto; ou ainda, este é (re)criação daquele. Para Saussure (2006, p. 25), o fato linguístico é imperceptível e indeterminável sem a adoção prévia de um ponto de vista linguístico. O porquê de sua adoção talvez se evidencie

pelo caráter metalinguístico da disciplina, ou seja, a língua enquanto objeto de análise é um objeto, e não um sistema de signos do qual fazemos uso em todas as circunstâncias de nossas vidas.

Essa questão, contudo, não pára por aí. A adoção de um ponto de vista específico, seja o linguístico, seja o comunicacional, remete-nos a um ponto de vista que precede toda e qualquer perspectiva analítica: o da linguagem. Para Saussure (2006), sem os signos seria impossível distinguir ideias de forma clara e constante. O pensamento, para o autor, seria uma “nebulosa”, em que nada está delimitado: “não existem ideias pré-estabelecidas, e nada é distinto antes<sup>2</sup> do aparecimento da língua” (p. 131). Hjelmslev (2006), linguista dinamarquês considerado o principal continuador da obra de Saussure, sistematiza a ideia de nebulosa saussuriana, chamando significante (imagem acústica) de plano da expressão e significado (conceito) de plano do conteúdo. É a união de significante e significado que daria origem ao signo linguístico para Saussure. Já pela proposta de Hjelmslev, plano de conteúdo e plano da expressão subdividir-se-iam em forma e substância, perspectiva que esperamos não empobrecer em demasia nas poucas linhas que seguem.

A substância, tanto a do plano da expressão quanto a do plano do conteúdo, constitui-se um elemento dessemantizado, ou seja, um *continuum* em que, nele mesmo, nada faz sentido. A substância, uma vez recortada pela língua, pela cultura, semantiza-se de modo a tornar-se forma. Assim, esse *continuum* dessemantizado, esse grande magma, nas palavras de Bevidas (2006), sem sentido e sem forma, só passa a ser entendido como as coisas do mundo ou o próprio mundo a partir da mediação pela linguagem.

Assim, a forma como um grupo percebe as coisas do mundo pode não ser a mesma forma que outro grupo vai apreendê-las, uma vez que língua e cultura são intrinsecamente conectadas. Tomemos emprestado de Pietroforte e Lopes (2003, p. 116) um exemplo rápido sobre esse tema: o arco-íris do mundo anglo-saxão tem uma cor a menos que no mundo que fala português, já que a cor *purple* possui as variações *roxo* e *anilado*. Isso não quer dizer que os habitantes da Inglaterra ou dos Estados Unidos, por exemplo, sofram de algum problema na visão. Pelo contrário, o que ocorre é que o recorte do *continuum* (cromático, no caso) se dá a partir de cada cultura. Dito de outra maneira, o mundo não nos é dado tal qual ele é; não temos acesso a ele senão pela linguagem.

Poder-se-ia pensar essa questão sob uma ótica realista e ingênua a partir da qual a ciência deteria a essência última do real. Bevidas (2006) mostra que, mesmo pela física quântica, considerada uma ciência de vanguarda atualmente, não se poderia resolver esse imbróglio, ou seja, chegar ao cerne das coisas nelas mesmas. Para essa ciência, o mundo, no nível dos *quanta*, seria reduzível à pura energia. Por tal perspectiva, poder-se-ia obter um mundo objetivo e totalmente desvinculado da linguagem. Será mesmo? Como bem pontua o autor, não se pode garantir que a física quântica detenha a verdade sobre a realidade última do mundo, já que ela rivaliza e/ou tem pressupostos diferentes, por exemplo, da física ondulatória ou da física relativista. Em outras palavras, nem mesmo dentro das ciências duras existe um consenso do que seria esse real último e objetivo do mundo, desvinculado de qualquer sistema de representação, de qualquer sistema linguageiro.

Dessa maneira, a linguagem é muito mais que um instrumento de transmissão de informação ou de representação do mundo tal qual ele é. A linguagem impõe ao mundo “real” suas categorias e estruturas e é só por meio delas que o mundo se nos dá a ver. Desse modo, nunca teremos acesso à essência última do mundo que chamamos de *real*, senão pela linguagem, sempre mediados, imersos, banhados por ela<sup>3</sup>. Como mostra Greimas (1976, p. 11), o mundo humano só se define como humano na medida em que significa alguma coisa. Voltamos, enfim, ao ponto de que saímos: “o ponto de vista”. Assim como a linguagem, a teoria também funciona como um ponto de vista que precede seu objeto, recriando-o a partir de suas estruturas e categorias.

Assim, retornando ao ponto de vista da Comunicação, França (2001) o define como:

[um] processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos (p. 13).

Para a autora, essa perspectiva busca resgatar a circularidade, a globalidade e a inter-relação dos elementos de tal processo, articulando, para isso, três dinâmicas: a relação entre interlocutores, a produção de sentido e o contexto sociocultural. Passemos à segunda parte, para observar que lugar teria a Semiótica dentro da Comunicação a partir de um ponto de vista eminentemente comunicativo.

### 3 Semiótica como Dinâmica da Comunicação

Quando se fala em Semiótica, poder-se-ia pensar em algo da ordem do uno, do unívoco, em uma disciplina única: “a” Semiótica. Assim como acontece na Comunicação, cujas teorias se conjugam no plural, no campo da Semiótica não é diferente. Ao observar uma definição do termo, encontramos o seguinte: “O nome Semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo. A Semiótica é a ciência dos signos” (Santaella, 2007, p. 7). Uma segunda definição para o termo seria: “A teoria semiótica deve apresentar-se inicialmente como o que ela é, ou seja, uma *teoria da significação*” (Greimas e Courtés, 2008, p. 455: grifo dos autores). De início, já nos deparamos com duas definições diferentes de Semiótica: de acordo com a primeira, o objeto dessa disciplina seriam os signos, ao passo que, para a segunda, seria a significação. Passemos, então, à definição de signo pela primeira perspectiva: “O signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém<sup>4</sup>. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido” (Peirce *apud* Santaella, 2008, p. 12). Por sua vez, de acordo com a segunda corrente teórica, a palavra “significação pode ser parafraseada quer como ‘produção de sentido’, quer como ‘sentido produzido’ (...) a significação inscreve-se como ‘sentido articulado’ na dicotomia sentido/significação” (Greimas e Courtés, 2008, p. 459). Se, para a primeira teoria, o foco recai sobre o constituído (o signo), para a segunda, a atenção se volta para os constituintes (expressão/conteúdo) e para a significação apreensível pela união desses dois planos.

A primeira corrente apresentada, a corrente peirciana, é calcada na obra do filósofo e lógico norte-americano Charles Sanders Peirce (1839–1914). Trata-se de uma teoria de bases filosóficas que se ocupa da natureza dos signos (símbolo, ícone, índice...) e sua apreensão (primeiridade, secundidade, terceiridade), assim como da relação que estes possuem com o referente – os objetos do mundo *real*. A segunda corrente, a Semiótica Discursiva, fundada por Algirdas Julien Greimas (1917–1992), linguista lituano radicado na França, tem filiação saussuriana e hjelmsleviana; por isso, está ancorada numa teoria da linguagem de postulados estruturais e na concepção de que a língua é uma instituição social.

Uma concepção mais refinada de objeto semiótico, de acordo com a segunda corrente, seria o “parecer do sentido”, como aponta Bertrand (2003, p. 11), o que implica uma total desvinculação de qualquer referente ontológico, do mundo natural: o signo saussuriano ou hjelmsleviano é

biplano, formado pela semiose entre conteúdo e expressão, não havendo, dessa forma, um referente externo a essa relação. Guiada pelo princípio de autonomia das organizações semióticas, estabelecido por Saussure e levado às últimas consequências por Hjelmslev e Greimas, a noção de referente, para a Semiótica Discursiva, é a do referente semiótico, ou seja, o referente produzido no e pelo texto.

Além das correntes americana e francesa, citemos, ainda que brevemente, a Semiótica Russa, tendo como maior expoente Iuri Lotan (1922–1993). Também conhecida por Semiótica da Cultura, é para o conceito de “semiosfera”, termo que designa “o *habitat* e a vida dos signos no universo cultural” (Machado, 2007, p. 15), que se voltam os interesses dessa escola.

Essa pequena introdução à Semiótica, à primeira vista, talvez pouco possa ter diferido uma corrente da outra. Porém, é importante dizer de qual – e a partir de qual – Semiótica falamos: a Semiótica Discursiva<sup>5</sup>. Essa corrente, doravante apenas Semiótica, ocupa-se da descrição do mecanismo de produção de sentido dos textos, entendidos numa acepção ampla, ou seja, qualquer materialidade<sup>6</sup> (plano da expressão) que se combine com uma imagem conceitual (plano do conteúdo). Assim, para a Semiótica Discursiva, um bilhete escrito à mão, uma fotografia, uma peça de teatro, uma telenovela ou uma escultura, por exemplo, são textos. A Semiótica, sendo uma disciplina que se ocupa da descrição dos mecanismos que engendram a significação, estaria, de acordo com França (2001), centrada em uma das três dinâmicas presentes na comunicação, ou seja, a produção de sentido.

Inicialmente, vimos por que a Comunicação não se limita apenas ao estudo dos meios de comunicação: o fenômeno comunicativo é muito mais abrangente que a mídia. Dessa forma, os objetos do mundo terão formas diferentes, no sentido hjelmsleviano, a partir da teoria que os observa. Logo, pela Comunicação, pode-se analisar um objeto midiático (um programa de TV) ou um objeto não-midiático (uma conversa cotidiana) da mesma forma que outro campo do conhecimento pode se dedicar à análise dos meios de comunicação. A Semiótica, como vimos, é uma teoria que analisa o construto da significação em quaisquer textos, inclusive produtos midiáticos. A contribuição que a Semiótica (ou qualquer outra teoria que se debruce sobre o sentido, como a Análise do Discurso, a Análise da Conversação etc.) teria a dar é na tarefa de descrever os mecanismos de produção de sentido para que o olhar comunicacional articulasse as três instâncias citadas por França (2001), a saber: relação entre os interlocutores, sentido e

contexto. Não foi à toa que falamos de “ponto de vista” ao iniciarmos nossa reflexão. Essa tarefa desempenhada pela Semiótica – e que, de fato, lhe cabe – é justamente o ponto de vista da Comunicação em relação à Semiótica. Qual seria, por outro lado, o ponto de vista da Semiótica em relação à comunicação? Esse é o nosso próximo ponto de reflexão.

#### **4 A Comunicação aos Olhos da Semiótica**

Propomos, aqui, um exercício de aspectualização da comunicação (como processo comunicativo), ou seja, propomos sobremodalizá-la, observá-la a partir da Semiótica. Para Greimas e Courtés (2008, p. 81-83), as ações humanas são divididas em dois blocos: o eixo da produção, quer dizer, a ação dos homens sobre as coisas; e o eixo da comunicação – a ação do homem sobre os próprios homens, criadora das relações intersubjetivas e fundadoras da sociedade. Desse modo, para Greimas, o ato de comunicar é visto como uma manipulação, não num sentido pejorativo, pois se trata apenas de um fazer-fazer e um fazer-criar. Assim, quem comunica algo quer fazer com que o outro faça algo ou creia em alguma coisa. Comunicar, antes de qualquer coisa, é pressupor a quem eu me dirijo, qual é o saber desse enunciatário, o que será comunicado, de que maneira etc., para que, de fato, a comunicação/manipulação seja bem-sucedida. Nesse sentido, ressaltamos o trabalho de Inácio Assis Silva (*apud* Matte, 2008), cuja tese de doutorado defendida em 1972 trata do processo de comunicação a partir de um ponto de vista semiótico. Na esteira de Jakobson, o autor concebe um esquema de comunicação que tem estatuto de texto. Segundo tal esquema, o processo da comunicação é instável e dinâmico e, por isso, leva em consideração a relação de confiança e dos quadros de valores entre os partícipes.

Assim, se a comunicação implica algumas pressuposições, tais como as que apontamos, ela se materializa pela enunciação, cujo produto é o enunciado. A enunciação define-se, pois, como a instância linguística logicamente pressuposta pelo enunciado. Isso quer dizer que, se o enunciado existe, foi pela instância da enunciação que ele ganhou sua existência, ou seja, se há um dito é porque houve um dizer que produziu esse dito. A consequência disso é a existência de um *eu* pressuposto (enunciador) e de um *eu* projetado no discurso (narrador). O enunciado pode conter traços e marcas da enunciação, pelos quais é possível reconstruí-la. Quando existem marcas da enunciação no enunciado, chamamo-la *enunciação enunciada*. Quando, ao contrário, o enunciado encontra-se despido de tais marcas, principalmente de pessoa, espaço e tempo, trata-se do *enunciado enunciado*.



Na enunciação, um eu se dirige a um tu. Para Benveniste (2006), *eu* é quem diz *eu*. O *tu* é a pessoa a quem o *eu* se dirige. Ambos são actantes da enunciação, ambos participam da ação enunciativa. Greimas e Courtés (2008, p. 171) denominam **enunciador** o destinador implícito da enunciação (ou da comunicação) e a figura do **enunciatário**, corresponde, por sua vez, ao destinatário implícito da enunciação. Enunciador e enunciatário são, pois, valores inscritos dentro do enunciado. Não se trata, então, de um produtor e de um receptor reais. Engana-se, porém, quem pensa que o processo de enunciação (ou de comunicação) caracteriza-se por ser uma via de mão única, como salientam Greimas e Courtés (2008):

Assim compreendido, o enunciatário não é apenas o destinatário da comunicação, mas também sujeito produtor do discurso, por ser a “leitura” um ato de linguagem (ato de significar) da mesma maneira que a produção de discurso propriamente dita. O termo “sujeito da enunciação”, empregado frequentemente como sinônimo de enunciador, cobre de fato as duas posições actanciais de enunciador e enunciatário (p. 171).

Se ambos são sujeitos da enunciação, tal processo se caracteriza por ser intrinsecamente dialógico.

Segundo Fiorin (2008, p. 81-91), o enunciado possui duas imagens: a imagem do enunciador, o *ethos*, e a imagem que o enunciador faz do enunciatário, relacionada ao *pathos*. O *ethos* se depreende pela enunciação enunciada, ou seja, pelas marcas que a enunciação deixa no enunciado. Falar-se-á, então, do *ethos* de tal jornal, de tal revista, ou seja, de sua imagem (sensacionalista, séria, de esquerda etc.), criada a partir de seus próprios mecanismos intratextuais (tanto aqueles do plano do conteúdo como os do plano da expressão). Dessa maneira, independentemente dos sujeitos reais envolvidos no processo de produção de um texto – numa acepção ampla –, o produto final obedecerá a uma instância significante única. Quer dizer, não importa quem de “carne e osso” ou quantas dessas pessoas foram responsáveis pela produção de um número tal de uma revista qualquer. Aos olhos da Semiótica, esse produto será analisado como um todo de sentido.

O *pathos* também é um valor que se inscreve no enunciado, ou melhor, nas marcas da enunciação nele projetadas, deixando-se apreender por suas (do texto) próprias estruturas. O *pathos*, então, da mesma forma que o *ethos*, é uma pressuposição. Assim, quando um *eu* dirige-se a um *tu*, ele leva em consideração quem é esse *tu*. Assim sendo, o texto que o enunciador “presidente da república” dirige ao enunciatário “sindicalistas” não é o mesmo que dirigiria ao enunciatário “empresários”

dada a diferença da imagem desses enunciatários. De modo que, ao possuir uma imagem (ligada ao *pathos*), o enunciatário não se coloca de forma passiva na instância de produção de discurso; pelo contrário, é co-autor desse processo, já que determina as escolhas linguísticas do enunciador. A eficácia do pacto discursivo se deve à adesão do enunciatário ao discurso.

Como vimos, a comunicação como sinônimo de manipulação visa a um fazer-criar e/ou a um fazer-fazer, visa a estabelecer um acordo entre enunciador e enunciatário: o pacto discursivo. A comunicação, assim, só se estabelece a partir desse pacto. Por meio da enunciação enunciada, ou mais amplamente, por meio do texto, entendido aqui como a semiose entre plano do conteúdo e plano da expressão, depreendem-se os elementos do ato comunicativo/enunciativo. Portanto, inscrevem-se no texto, além de seu próprio sentido, simulacros de produtores e receptores desse texto.

Porém, se voltamos às três instâncias que, articuladas, compõem a esfera comunicativa proposta por França (2001): relação dos interlocutores, produção de sentido e contexto, resta ainda uma questão a tratar: o contexto. Por muito tempo, a Semiótica guiou-se pelo *slogan* proposto por Greimas “Fora do texto, não há salvação”. Essa postura, de caráter estrutural e imanente, excluía aquilo que era exterior ao texto, isto é, aquilo que o transcendia, pela impossibilidade de se trabalhar com um objeto não delimitado, perpassado por inúmeras variáveis de caráter social, histórico, cultural, biológico etc. Para Greimas, só a atitude imanente, base mor da disciplina, seria capaz de dar conta da descrição dos mecanismos de produção de sentido. Entenda-se imanência – como mostra Bevidas (2008) – pelo menos em duas acepções. Em primeiro lugar, uma imanência que se opõe a uma transcendência, ou seja, imanência no sentido hjelmsleviano, que procurou estabelecer, a partir de Saussure, uma linguística-linguística, uma ciência que pudesse analisar a língua a partir de suas próprias categorias (e não categorias transcendentais à língua, provenientes da sociologia, da psicologia etc.). A segunda acepção de imanência se opõe à manifestação, num processo em que as estruturas imanentes, potenciais, da língua só se realizam pela manifestação. A atitude imanente da Semiótica limou de seu campo de atuação o contexto, ou, visto de outra forma, privilegiou o texto em detrimento do contexto.

Ainda nos resta, entretanto, uma definição de *enunciação* para encerrarmos nosso raciocínio. Greimas (2008) fala também de uma “enunciação propriamente dita” (p. 168), diferente da enunciação enunciada, pois esta seria um simulacro que imita aquela. Segundo Fehine (2008, p. 54),

a enunciação enunciada é mais “semioticamente reconhecível”, devido à possibilidade inquestionável de circunscrevê-la à análise, atitude eminentemente de natureza imanente. Para a autora, enfrentar pelo escopo da Semiótica o que vem a ser essa “enunciação propriamente dita” parece ainda colocar-se como um problema, principalmente quando se trata dos

textos que só existem como tal no ato efêmero e irrepetível no qual têm lugar; textos nos quais o que importa é o presente mesmo da sua própria enunciação; enunciados que se manifestam como e por meio de um ato de enunciação efetuado *em situação* (Fechine, 2008, p. 54: grifo da autora).

Para Fechine (2008), no caso da enunciação propriamente dita ou do *texto em ato*<sup>7</sup>, tidos aí como sinônimos, “a distinção entre texto e contexto perde a pertinência, porque o que se tenta semiotizar agora são as próprias situações nas quais determinadas formas se definem como significantes” (p. 17). Essa investida semiótica na seara do contexto, dos *textos em ato*, poderia, à primeira vista, parecer uma incoerência teórica, ou seja, passar por cima de suas bases imanentes, bases essas que possibilitaram a criação de uma disciplina sólida e coesa. Vejamos por que nada disso ocorre.

Zinna (2008) chama de *práxis enunciativa* o que Greimas (2008) chamou de enunciação propriamente dita e que Fechine (2008) denomina *texto em ato*. A *práxis enunciativa*, para esse autor, quer levar em consideração aspectos de ordem pragmática relacionados ao ato mesmo da enunciação, no momento em que se produz, em relação à posição que ocupa o corpo próprio no campo perceptivo. No que se refere à oposição imanência *versus* manifestação, a *práxis enunciativa*, diferente da enunciação enunciada, é a passagem da imanência à manifestação. Pensar em *práxis enunciativa* é incorporar o imprevisto à imanência de modo a reprogramar a ação significativa em diversos níveis de profundidade em função de tais mudanças. Para Zinna (2008, p. 21), a *práxis enunciativa* e a enunciação enunciada são dois modos de desenvolvimento do discurso. Segundo ainda o autor, trata-se de duas teorias da enunciação que não necessariamente concorrem entre si. No caso da enunciação enunciada, há uma programação preventiva de valores, da finalidade da ação, da hierarquização das ações e do investimento delas no discurso. O regime da *práxis enunciativa* é o da improvisação e capacidade de adaptação às mudanças no contexto, aos imprevistos. Assim, se a ação em resposta ao imprevisto se efetua, é por que a reprogramação enunciativa é a resposta imanente à imprevisibilidade dos eventos em situação.

Ao fazer os primeiros esforços para trazer a enunciação propriamente dita para o âmbito da disciplina, a Semiótica passa a interessar-se também pela situação, que funde texto e contexto, por esse momento irreproduzível carregado de sentido. Sem perder de vista a importância de manter uma postura imanente, desvinculada de referentes ontológicos, a Semiótica congrega<sup>8</sup>, enfim, todos os elementos que compõem o viés e o processo comunicativo no próprio texto, ou seja, (i) a produção de sentido; (ii) os integrantes do processo (enunciador e enunciatário); (iii) e, finalmente, a situação, que funde as noções de texto e contexto.

O exercício de aspectualização a que nos propusemos, ou seja, perceber a comunicação à luz da Semiótica, pretendeu mostrar que o texto, objeto de todas as suas investigações, já traz consigo, de forma menos ou mais evidente, um processo comunicativo, um processo dialógico. Lembramos, porém, que não se trata do processo comunicativo ele mesmo, mas de um simulacro de processo comunicativo.

## **5 Considerações Finais**

Como procuramos expor, não podemos conceber o mundo sem a existência da linguagem e, por extensão, o mesmo vale para o processo comunicativo, que é fundamentalmente ancorado em suas estruturas. De modo que também não há comunicação sem linguagem. Porém, não podemos, baseando-nos nesse argumento, dizer que a comunicação como processo comunicativo (e tudo o que a implica) e o simulacro da comunicação presente no texto sejam a mesma coisa pelo fato de ambos se constituírem por meio da linguagem. A comunicação como processo (França, 2001) estaria no domínio do que Greimas e Courtés (2008) chamam de “mundo natural”, ou seja: “o parecer segundo o qual o universo se apresenta ao homem como um conjunto de qualidades sensíveis, dotado de certa organização” (p. 324). Esse mundo “natural” ou “real” seria, então, a nossa apreensão do mundo; ou, dito de outra maneira, um mundo já semiótico. O simulacro, por sua vez, reconstrói por ilusão referencial esse mundo que convencionamos chamar de real. Eis, pois, a diferença: este é uma construção, enquanto aquele, uma reconstrução.

Essa é a principal razão que nos levou a produzir este artigo, isto é, mostrar que o texto é muito mais que um objeto a partir do qual se pode apreender a significação: pelo texto, para além da significação *stricto sensu*, apreendem-se os elementos do próprio processo comunicativo. Com

isso, não se trata de suplantando o campo da Comunicação pelo da Semiótica, pois, como vimos, teorias são, antes de qualquer coisa, pontos de vista. A “mensagem”, objeto de trocas comunicativas ou, mais amplamente, os textos são estruturas complexas que recriam, reconstróem o mundo. São estruturas, que nelas mesmas, criam o efeito de existência de interlocutores e/ou se fundem com aquilo que está para o além do próprio texto de modo a produzir sentido.

## Notas

<sup>1</sup> Entendemos *simulacro* em sua acepção greimasiana a partir da qual o simulacro é um quase-sinônimo de modelo construído no texto (Greimas e Courtés, 1986, p. 206).

<sup>2</sup> Deve-se salientar que esse “antes” não se trata de um termo cronológico, ou seja, “no tempo em que não havia língua”, mas pensado como “com a hipotética ausência da língua, não existiriam ideias preconcebidas”.

<sup>3</sup> Bevidas (2008) propõe um terceiro paradigma, que rivalizaria com o paradigma científico e com o filosófico: o paradigma discursivo, segundo o qual “a verdade” possível das coisas não está nas coisas do mundo nelas mesmas, nem na razão do sujeito, mas antes na linguagem que dá forma, sentido, ao mundo e à razão.

<sup>4</sup> Segundo Santaella (2008), tratar-se-ia de um equívoco considerar que o signo *necessariamente* represente alguma coisa para alguém, no sentido de ser um alguém existente, palpável, um ser humano. Esse “alguém” da definição seria antes o *interpretante*, que não precisa de fato existir: “um ser *in futuro* será suficiente” (Peirce *apud* Santaella, 2008, p. 12).

<sup>5</sup> Também conhecida por semiótica greimasiana ou ainda Escola de Paris.

<sup>6</sup> Essa “materialidade” equivale àquilo que Saussure, ao explicar o conceito de significante, chama de “imagem acústica”. Ao estender o conceito de significante para o conceito de plano da expressão, alargam-se, assim, as possibilidades de materialidades a serem analisadas. Ressalta-se, porém, que não se trata de uma materialidade física, ontológica, mas de uma imagem dessa materialidade, da mesma maneira como o significante não é o som na sua materialidade ontológica. Essa imagem é estabelecida por meio da diferença, da oposição entre elementos, ou seja, quando se fala em imagem, já se está no terreno da forma, daquilo que

é recortado pela linguagem, pela cultura.

<sup>7</sup> Definição baseada em Eric Landowski, criador da semiótica das experiências sensíveis, um dos desdobramentos da semiótica de bases greimasianas.

<sup>8</sup> A semiótica congrega tais elementos, mas não podemos dizer que ela necessariamente os articule. O “ponto de vista” semiótico é justamente semiotizar esses elementos do processo comunicativo.

## Referências

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

BEIVIDAS, W. Reflexões sobre o discurso: a linguagem como re-criação do mundo. In: LARA, G. M. P. (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso*. Entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006. p. 117-135.

BEIVIDAS, W. Reflexões sobre o conceito de imanência em semiótica. Por uma epistemologia discursiva. *CASA. Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 6, p. 1-13, 2008.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução Ivã Carlos Lopes et al. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FECHINE, Y. *Televisão e presença: uma abordagem da transmissão direta*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

FIORIN, J. L. Semiótica e comunicação. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Ed. da UNESP/FAAC, 2008. p. 75-94.

FRANÇA, V. R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L. G.; WEBER, M. H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (Org.). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 13-29.

GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Tradução Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. 2. ed. São Paulo: Cultrix; Ed. da USP, 1976. p. 11-74.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1986. v. 2.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MACHADO, I. Por que semiosfera? In: MACHADO, I. (Org.). *Semiótica da cultura e semiosfera*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2007. p. 13-23.

MATTE, A. C. F. O processo semiótico de comunicação: sobre o esquema de Inácio Assis Silva. *CASA. Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 6, p. 1-12, 2008.

PIETROFORTE, A.V.S.; LOPES, I. C. A semântica lexical. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística II – Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-135.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTAELLA, L. *A teoria geral dos signos*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZINNA, A. *A primazia da imanência na semiótica estrutural*. Relatório apresentado no Congresso “Incidentes e explosões. A. J. Greimas e I. Lotman. Para uma semiótica das culturas”. Tradução Carolina Tomasi. Veneza, IUAV, 6-7 maio 2008.

### **Dados do autor:**

\*Conrado Moreira Mendes

Doutorando em Semiótica e Linguística Geral – USP – Bolsista – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP – e Membro pesquisador dos grupos de pesquisa *Semiótica: modelos teóricos e descritivos* (USP) e *Semiofon Semiose e Fonoestilística* (UFMG).

Endereço para contato:

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Av. Prof. Luciano Gualberto, 403

Cidade Universitária

05508-900 São Paulo/SP – Brasil

Endereço eletrônico: [conradomendes@yahoo.com.br](mailto:conradomendes@yahoo.com.br)

Data de recebimento: 1º jun. 2009

Data de aprovação: 16 jun. 2010